



À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG

Ref.: Pregão Eletrônico nº 116/2022

ARIANA DIAS PEREIRA, brasileira, advogada, casada, inscrita no CPF sob o nº 159.721.757-38, portadora do RG nº 28.658.339-8, com domicílio profissional na Rua Marechal Floriano nº 86, Porto Novo, Alem Paraíba/MG, CEP: 36660-000, com fundamento no art. 24 do Decreto nº 10.024/2019 c/c Cláusula 23.1 do Edital de Licitação, vem, perante V. Exa., apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

diante da exigência de apresentação exclusiva de alvará sanitário como condição de habilitação técnica, conforme fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

.I.

TEMPESTIVIDADE:

O prazo para apresentação de impugnação ao Edital, em Pregão Eletrônico, é de **03 (dois) dias úteis antes da data do certame**, nos termos do art. 24 do Decreto nº 10.024/2019. Considerando que a abertura da sessão pública ocorrerá no dia 13/12/2022, este recurso é plenamente tempestivo.

.II.

O MOTIVO DO RECURSO:

A presente impugnação é apresentada em decorrência de constar, do instrumento convocatório, exigência de apresentação exclusiva de alvará sanitário como condição para habilitação técnica do licitante. Veja-se:

“10.17.4 Qualificação técnica:

10.17.4.1 Alvará Sanitário, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.”

Ocorre que tal exigência está em desacordo com a Lei de Licitações, em razão do referido documento não constar do rol taxativo do seu art. 30, sendo, acima de tudo, uma restrição à competitividade no certame em referência e prejudicial à busca pela proposta mais vantajosa.

Inclusive, reconhecido é pela jurisprudência pátria que tal documento deve ser exigido, se necessário, somente do licitante vencedor como **requisito de homologação**.

Nessa medida, faz-se imprescindível a adequação do instrumento convocatório, mediante a exclusão do alvará sanitário como condição para habilitação técnica, passando a exigi-lo (se for o caso) apenas do licitante vencedor como requisito de homologação do certame, ou, alternativamente, a aceitação do alvará de localização como substituto e suficiente à comprovação da qualificação técnica.

.III.

EXIGÊNCIA DE DOCUMENTO EM DESACORDO COM O ROL TAXATIVO DO ART. 30 DA LEI DE LICITAÇÕES:

É preciso observar que o rol taxativo do art. 30 da Lei de Licitações, que trata da documentação relativa à qualificação técnica, não faz menção à

apresentação de alvará sanitário. Veja-se:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.”

Também os arts. 27, 28, 29 e 31, que tratam, respectivamente, dos requisitos de habilitação jurídica e qualificação econômico- financeira, não citam o referido alvará.

Há tempos é de entendimento uníssono que a exigência de qualquer documento em desacordo com o rol taxativo estabelecido pela Lei de Licitações nos arts. 27 a 31 é considerada ilegal e incompatível com a indispensabilidade prevista na Constituição, sob pena de frustrar o caráter competitivo do certame e violar preceito legal.

Merece transcrição trecho do Voto do Ministro Benjamin Zymler, embaixador do Acórdão 808/2003 – Plenário do Tribunal de Contas da União (“TCU”), em que essa compreensão está bem explicitada:

“4. Os arts. 27 a 31 do Estatuto das Licitações estabelecem quais os documentos podem ser exigidos dos interessados em participar de certame promovido pelo Poder Público com o objetivo de celebrar futuro contrato. Referidos dispositivos buscam evitar que pessoas, físicas ou jurídicas, que não tenham qualificação mínima venham a ser contratadas, colocando em risco a execução do ajuste e, em última análise, o atingimento do interesse

público adjacente.

5. Entretanto, a própria Norma Legal que rege a matéria veda a exigência de documentos outros que não aqueles estabelecidos nos dispositivos acima. Garante-se, com tal medida, que todos aqueles que preencham os requisitos mínimos para contratar com a Administração possam participar do certame em igualdade de condições. Concretiza-se, dessa forma, o princípio constitucional da impessoalidade, uma vez que evita que o agente público possa, por motivos de índole subjetiva, afastar do certame este ou aquele interessado.”

38. No contexto apresentado, manifesto minha concordância à análise empreendida pela Unidade Técnica das respostas aos ofícios encaminhados e à conclusão pela existência de cláusulas restritivas à competitividade no certame ora em análise e pela rejeição das razões de justificativa dos Srs. Francisco José da Silva Neto e Iremar da Silva Pereira, razão pela qual as acolho como razões de decidir, embora divirja parcialmente do encaminhamento proposto, como passo a explicar.”

Inclusive, consolidado é o entendimento dos tribunais pátrios de que a apresentação de alvará sanitário só pode ser exigida do licitante vencedor como requisito de homologação, sendo impertinente como requisito de habilitação. Confira-se:

*Aduz que a alínea “d”, do subitem “6.4”5 , do Anexo I – Termo de Referência, do Edital, que trata da qualificação técnica, estabelece a necessidade de apresentação de licença ou alvará de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal em nome da empresa licitante; todavia, **aludida exigência é impertinente, nos termos da Lei nº 8.666/93, como documento habilitatório, devendo, portanto, ser requisitada somente da vencedora da disputa**, em homenagem à Súmula nº 14 desta Corte. (TRIBUNAL PLENO - SESSÃO: 14/08/13 EXAME PRÉVIO DE EDITAL SEÇÃO MUNICIPAL PROCESSOS: TC-001283/989/13-5 E TC-001284/989/13-4)*

(***)

*PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL EXIGÊNCIA. ALVARÁ SANITÁRIO. PROTOCOLO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. . Deferida liminar em mandado de segurança, depois revogada, em razão da qual sagrou-se a agravante vencedora na licitação, último ato judicial reformado, **porque o alvará sanitário não é imprescindível à licitação em si, pois inviável a fiscalização municipal certificar as condições de higiene e salubridade de pessoa jurídica**, cabendo tal conduta somente quando puderem ser feitas as aferições “ in loco”, no próprio estabelecimento. . Os requisitos próprios da licitação estão limitados à qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. . Coexistência dos pressupostos da liminar revogada, a ser restabelecida, até decisão definitiva no mandado de segurança, porque apresentado o protocolo do pedido de renovação do alvará questionado e por haver o ato judicial preliminar gerado direitos subjetivos. . Agravo provido. (TRF4, AG 2000.04.01.038431-5, QUARTA TURMA, Relatora SILVIA MARIA GONÇALVES GORAIEB, DJ 06/09/2000)*

Além disso, por mais que a intenção seja assegurar o cumprimento das normas sanitárias atinentes à segurança alimentar, a licitação pública não é o meio adequado para tal propósito. Por intermédio dela a Administração deve se preocupar em selecionar a proposta efetivamente mais vantajosa ao Poder Público.

Implicaria em desvio de poder pretender que a Administração, por meio da licitação, executasse a tarefa de fiscalização da Vigilância Sanitária e afins, se essas dispõem de meio próprio para tal.

Atentando-se, nesse sentido, ao princípio da legalidade, que deve ser observado pela Administração Pública, são referências as palavras do

renomado Professor Hely Lopes Meirelles:

*“Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na **Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza**. A lei para o particular significa ‘pode fazer assim’; para o **administrador público significa ‘deve fazer assim’**.”¹*

Se de um lado é certo que o Edital faz lei entre as partes, de outro lado também é certo que não pode o referido instrumento extrapolar limitação expressa constante da Lei de Licitações.

Diante do exposto, protesta-se seja adequado o instrumento convocatório, mediante a exclusão do alvará sanitário como condição para habilitação técnica, passando a exigi-lo (se for o caso) apenas do licitante vencedor como requisito de homologação do certame, ou, alternativamente, a aceitação do alvará de localização como substituto e suficiente à comprovação da qualificação técnica.

.V.

RESTRIÇÃO DA COMPETITIVIDADE:

A Lei de Licitações tem como um dos seus princípios norteadores a ampla competitividade e a isonomia, sendo de entendimento uníssono que o procedimento licitatório deve atingir o maior número de interessados possíveis, assegurando a todos participação isonômica.

É o que se retira do art. 3º da Lei nº 8.666/93, in verbis:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 83.

administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.”

Sem muito esforço, percebe-se que a exigência constante do Edital, de apresentação exclusiva de alvará sanitário como condição de habilitação técnica, restringe, em muito, a competitividade, se considerado que alguns licitantes podem estar em fase de renovação do licenciamento sanitário ou mesmo no aguardo da emissão de segunda via do alvará.

A Lei nº 8.666/93, veda no parágrafo 1º de seu art. 3º, cláusulas, itens ou artigos em editais de licitação que acabem por restringir, limitar ou frustrar o caráter competitivo de certames licitatórios. Tal limitação não deve prevalecer, sob pena de acabar por restringir injustificadamente o número de licitantes, o que favorece a formação de cartel, repugnado pela lei de licitações em todas as formas.

Fato é que a Administração Pública é constitucionalmente proibida de impor diferenciações desnecessárias entre todos os administrados, sob pena de ilegalidade e nulidade de todos os seus atos.

É incontestado que o princípio da competitividade é tão essencial na matéria que, se em um procedimento licitatório faltar a competição ou oposição



entre os concorrentes falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto.

Faz-se mister ressaltar, ainda, que a restrição da competitividade abala a a economicidade do processo. A economicidade consiste em considerar a atividade administrativa sob o prisma econômico. Como os recursos públicos são extremamente escassos, é imperioso que a sua utilização produza os melhores resultados econômicos, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

E, quanto maior o número de concorrentes na licitação, maior a chance de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

.IV.

SUBSTITUIÇÃO DO ALVARÁ SANITÁRIO PELO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO:

Ainda que, porventura, V.Sas. entendam ser cabível e plausível a exigência de apresentação de alvará sanitário como condição de habilitação, a aceitação do alvará de localização e funcionamento como documento substituto se revela justa e adequada.

Afinal, o referido alvará de localização e funcionamento é suficiente a comprovar a regularidade da licitante com as regras sanitárias, em razão da sua expedição impor, como condição prévia, a concessão de licença sanitária pela vigilância, e dele ainda constar as atividades que a licitante está autorizada a exercer.

Afinal, o licenciamento sanitário é uma etapa do processo de registro e legalização das empresas que conduz o interessado à formalização da sua licença para o exercício de determinada atividade econômica.

Isso permitirá que maiores números de interessados participem do certame, sendo esses, por exemplo, aqueles que porventura estejam em fase de renovação do licenciamento sanitário ou mesmo estejam no aguardo da emissão de uma segunda via.

.V.

CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto, requer-se que essa respeitável Comissão de Licitação se digne de dar provimento a presente impugnação ao Edital nº 116/2022, com o fim de excluir do instrumento convocatório a previsão de apresentação de alvará sanitário como condição para habilitação técnica, passando a exigi-lo (se for o caso) apenas do licitante vencedor como requisito de homologação do certame, ou, alternativamente, com o fim de aceitar a apresentação de alvará de localização como substituto e suficiente à comprovação da qualificação técnica.

Termos em que,
Pede deferimento.

Além Paraíba, 07 de dezembro de 2022.



Ariana Dias Pereira
OAB/RJ nº 229.221